

ZERRO

SEMANAL

Nº 3 - ANO XIII - FLORIANÓPOLIS, 6 DE OUTUBRO DE 1995 - CURSO DE JORNALISMO DA UFSC

Araranguá

Afastamento de vereador detona crise política na cidade

Pág. 03

Magistério

Governo vai pagar salários descontados durante a greve

Pág 03



HEMEROTECA
Curso de Comunicação Social
UFSC

PRAZERES PROIBIDOS

O lucrativo mercado de acessórios sexuais torna-se um bom negócio na capital

Central

Eleições

Entrevista com Diego Sturdze, o aluno candidato a reitor da UFSC

Pág. 07

Mais uma semana com você

ZERO
ZERO
ZERO

Pela segunda semana consecutiva, mais uma edição de Zero está nas ruas. Continuamos com o nosso esforço para produzir um jornal semanal que tenha agilidade na escolha e no tratamento dos assuntos. Neste número, voltamos a publicar matérias de comportamento, há algum tempo ausentes de nossas páginas. Para isso, depois da polêmica surgida em torno da atual campanha do governo para a prevenção da AIDS, nada melhor que uma visita ao único sex-shop de Florianópolis.

Falando em comportamento, a contra-capá traz o perfil do sociólogo baiano Luis Mott, presidente do Grupo Gay da Bahia. Mott foi severamente criticado ao afirmar que Zumbi dos Palmares era homossexual.

Publicamos ainda a segunda entrevista da série com os candidatos a reitor. Desta vez com Diego Sturdze, único aluno a concorrer. Diego cursa Física, e reclama da proporcionalidade entre alunos, servidores e professores da eleição.

Mas Zero também sai de Florianópolis. Em Araranguá, o vereador Joel Borges foi afastado por falta de decoro parlamentar após denunciar o prefeito Neri Garcia de corrupção. Joel acusa o prefeito de subornar os vereadores para aprovar as contas na Câmara Municipal.

Ainda na política, os professores da rede estadual finalmente vão receber o pagamento pelos dias parados na última greve. Apenas nove semanas depois do início da reposição das aulas a intransigência do governo foi vencida.

O artigo desta semana, do prof. Hélio Schuch, faz uma análise sobre a estrutura de distribuição da terra no país. Importante principalmente neste momento, quando o Movimento dos Sem-Terra, grupo politicamente organizado, cobra as promessas de campanha de Fernando Henrique Cardoso. O governo, por sua vez, admite que não cumprirá as metas de assentamento estabelecidas para os próximos quatro anos.

A reforma agrária e a estrutura do Estado

Setembro terminou com a promessa do presidente da República em fazer a reforma agrária. Ao mesmo tempo, o jornalista Boris Casoy desfia comentários favoráveis a divisão de terras e no Jornal Nacional não se observa o ranço e a parcialidade que sempre caracterizaram as notícias sobre o assunto. O que mudou? Para uma resposta é preciso responder, primeiro, porque o Brasil, quinto país do mundo em extensão e com uma das mais altas taxas de concentração da propriedade fundiária, não realizou até agora a reforma agrária. Vejamos.

A colonização do Brasil ocorreu de maneira singular: o país aceitava imigrantes, mas negava a terra. Todos buscavam aqui o que faltava em seus países - a terra, mas essa já estava apropriada pelos latifundiários. Conseguiram, após anos de espera e toda sorte de dificuldades, pequenas áreas, num processo radicalmente diferente da colonização norte-americana, organizada e facilitada pelo governo interessado em ocupar o país com pequenas propriedades.

Negando, dificultando, o

acesso a terra para pequenos proprietários, o Estado proporcionou às classes dominantes dois componentes estruturais que fazem parte do desenvolvimento econômico brasileiro: para os latifundiários, o monopólio da propriedade da terra; para os empresários do setor urbano-industrial, mão-de-obra abundante e, assim, barata.

Como monopólio a terra pode ser usada em dois sentidos: 1) se houver mercado favorável para a produção agrícola, a terra é arrendada para um produtor-capitalista que a fará produzir, pagando como aluguel a renda da terra - um acréscimo nos preços; 2) não havendo mercado favorável, a terra fica sem produzir, como uma reserva de valor.

O Estado tenta intervir neste processo através de financiamentos e, como ocorreu de 1968 até 1984, com fartos subsídios. Estes incentivos, porém, acabam sendo pagos por toda a

sociedade. É certo que a agricultura, pela sua própria natureza de risco não pode prescindir da presença do Estado. Mas para isso, deve mudar estruturalmente, o que significa modificar a propriedade da terra.

Mantendo esta estrutura fundiária, a mão-de-obra tornou-se farta, rebaixando os salários e determinando desnecessário o emprego de tecnologia no setor urbano-industrial para aumento da produção

"É certo que a agricultura, pela sua natureza, não pode prescindir da estrutura do estado"

via produtividade - o que foi muito interessante para empresários com pouco capital. Esta, a forma de acumulação do capitalismo brasileiro, e por isso, não se fez a reforma agrária.

Agora, os tempos mudaram. De um lado, existe o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o mais politizado e ativo dos movimentos sociais pós-64. Surgido em 1979, ele exige a reforma agrária, e para isso ocupa áreas improdutivas, se dispondo ao enfrentamento

com a força policial. De outro, existe o acirramento da economia de mercado que configura um quadro de competição nos setores industrial e agrícola diante dos mesmos setores de economias estrangeiras.

Este ambiente econômico competitivo obriga o empresário brasileiro ao emprego de tecnologia, o que elimina - para sempre - pontos de emprego. Ao mesmo tempo, desenvolve, a nível internacional, uma nova divisão do trabalho, o que faz com que alguns países se especializem em determinadas produções (industriais e agrícolas). O resultado é a consolidação de países exportadores e importadores. E quem importar mais, aumentará seu desemprego.

Neste quadro, o governo pensa numa saída: uma reforma agrária para criar emprego e eliminar os focos de tensão no campo e nas cidades. Este é o objetivo, reproduzido através das principais emissoras de televisão.

Hélio Ademar Schuch

Professor adjunto do curso de jornalismo da UFSC

→ expediente

Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina

Arte: Alessandro Bonassoli, Michelson Borges, Sérgio Severino, Solon Soares
Edição: Alessandro Bonassoli, Aline Cabral, Carlito Costa, Clayton Wosgrau, Diógenes Botelho, Gladinston Silvestrini, Luciane Lemos, Marcelo Santos, Pablo Claudino, Paulo Henrique de Sousa, René Müller,

Editoração: Clayton Wosgrau, Gladinston Silvestrini, Pablo Claudino, Sérgio Severino
Textos: Alexandre Winck, Aline Cabral, Eduardo Burckhardt, Flávia Rodrigues, Maria Augusta, Michelé de Oliveira, Patrícia Moser, Patrick Muzart, René Müller, Sandra Vieira, Paulo Henrique de Sousa
Fotografia: Bárbara Pettres, Eduardo Burckhardt, Fátima Pissarra, Joice Sabatke
Laboratório Fotográfico: Paulo de Tarso
Montagem: Gladinston Silvestrini
Supervisão: Prof. Carlos Locatelli

Redação: Curso de Jornalismo (UFSC - CCE), Campus Universitário, Trindade, Florianópolis-SC - CEP 38040-900
Telefones: (048) 231-9490 e 231-9215
Fax: (048) 234-4069
Fotolitos e impressão: Diário Catannense
Tiragem: 5 mil exemplares
Distribuição Gratuita
Circulação Dirigida

SC pode perder 25% da receita

Secretários reprovam proposta centralizadora para reforma tributária do governo federal

O governo do estado está levando ao pé da letra os problemas com a sua receita e, na última semana, tentou de tudo para encontrar os ingredientes que vão aumentar a arrecadação e garantir o pagamento dos servidores. Um deles incluía o ministro da Justiça, Nelson Jobim, que se reuniu na última terça-feira com o governador em exercício José Augusto Hülse e mais cinco secretários de Estado para achar o ponto das reformas administrativa e tributária. A primeira vai permitir o fim da estabilidade no emprego e a diminuição da folha de pessoal. Em Santa Catarina, esses gastos chegam a 90%. O governo federal vai ter que quebrar os ovos para fazer a reforma tributária. Se houver diminuição da arrecadação estadual a omelete do Presidente pode desandar.

Sem teto - Se depender dos secretários da Fazenda, Neuto de Conto, e da Administração, Hebe Nogar, vai desandar mesmo. Neuto não gostou de alguns pontos da proposta, principalmente do que trata do Fundo de Participação dos Estados, que deveria compensar a perda de 25% da arrecadação que a reforma vai trazer. Com ele, o governo federal acha que pode repassar R\$ 1,5 bilhão, vindos do ICMS federal e de 10% do Im-

posto sobre Produtos Industrializados (IPI). Para Neuto, o problema é que o Fundo só é garantido até o ano 2000. Ele reclamou também que a diminuição da receita estadual vai fazer com que os impostos sejam aumentados. Como o próprio Fernando Henrique prefere que

isto não seja feito, vai sobrar mesmo é para os estados.

Hebe Nogar também não aprovou a receita que o ministro deu para resolver a questão da arrecadação estadual. Para ela, o maior problema está na inclusão do inciso II do artigo 37 do texto, que retira o limite do salário dos servidores estaduais, que é de R\$ 8500 - vencimento do presidente da República. O inciso estava originalmente no projeto, foi retirado e agora foi recolocado. Com isso, não há teto para a folha de pagamento do estado, o que compromete o dinheiro que

o governo tem em caixa.

Por tabela - Mas se esta receita não der certo, o governo do estado já tem outra. A Assembleia Legislativa recebeu do Palácio um projeto de comercialização de títulos da Celesc para arrecadar R\$ 200 milhões. Mesmo que o texto proíba o governador de usar o dinheiro para custeio do serviço público, já é mais uma folga no orçamento. Como todo mundo tem sua idéia, o deputado estadual Lício Mauro da Silveira (PPB) achou um monte de erros no projeto de lei do governo. A empresa a ser criada pelo projeto de lei 266 - a Santa Catarina Investimentos S/A (Invesc) vai emitir títulos que serão comprados pelos investidores. O problema, segundo o deputado, é que o governo não vai conseguir comprar de novo as ações da Celesc se elas voltarem dos investidores. Em resumo: vai ser privatizada por tabela.

Mas como esta receita também pode não dar certo, a secretaria da Fazenda tem ainda uma terceira. Um assessor do deputado Lício conseguiu um documento, assinado em nome de Neuto de Conto, pedindo um empréstimo de R\$ 30 milhões, a um banco que ele preferiu não revelar qual era. Em matéria de receita estadual, o melhor mesmo é fazer como o ministro Nelson Jobim: na reunião em Florianópolis, ele pegou o microfone e disse que não falava enquanto a imprensa não saísse da sala. Segredo de Estado.

Flávia Rodrigues



Ministro Jobim se recusou a falar na presença de reporteres

Assessoria de Imprensa/AL

PT briga por cargos na executiva nacional

Enquanto a direita se une na criação do terceiro maior partido do Congresso Nacional - o PPB (Partido Progressista Brasileiro) - o maior partido de esquerda "racha" na hora de compor a executiva nacional. As divergências do comando nacional do Partido dos Trabalhadores causam também bate-boca entre lideranças petistas de Santa Catarina. O deputado federal José Fritsch denuncia um "golpe" da ala considerada moderada e majoritária do partido. A líder do PT na Assembleia Legislativa, Ideli Salvati, não quer nem ouvir falar em "golpe". "Foi tudo bem debatido".

A briga é pela secretaria-geral do partido, segundo cargo mais importante da executiva nacional. As tendências consideradas de esquerda não abrem mão do cargo, já que a presidência ficou com o representante dos moderados José Dirceu (PT-SP).

A chapa de esquerda, denominada *Socialismo e Democracia* - formada por tendências como *O Trabalho, Hora da Verdade, Articulação de Esquerda* e independentes -, indicou o nome do deputado federal paulista Arlindo Chinaglia. Mas Cândido Vaccarezza, da ala majoritária, acabou assumindo a secretaria-geral. "Puxaram o tapete na última hora", acusa Fritsch. A oposição se retirou da reunião sem indicar os oito nomes a que tem direito na executiva.

"Maioria leva" - O deputado José Fritsch denunciou um "golpe" do setor majoritário do PT. Ele reclamou que não foi cumprido o acordo que previa o respeito à proporcionalidade, para a composição da executiva. Mas a chapa *Socialismo e Democracia* - que fez em torno de 47% dos votos para o diretório - teve direito a oito cargos dos 20 da executiva. O deputado estadual

Carlito Merss esclarece que a proporcionalidade serve para definir o número de cargos a que cada ala terá direito, mas a composição deveria ficar a critério do grupo vencedor. "Quem faz a maioria leva. Sempre foi assim".

A líder do PT na Assembleia, Ideli Salvati, não aceita a versão do golpe. "Se tivesse havido golpe, teríamos preenchido todos os cargos. Os cargos estão lá, eles que indiquem, se quiserem. Quem quer trabalhar, trabalha em qualquer lugar.

Crise grave - A minoria responsabiliza o recém-eleito presidente do partido pela solução do impasse. A presidente estadual do PT, ex-deputada Luci Choinascki, espera que a solução venha do presidente, "já que o problema foi causado pela sua chapa". José Fritsch analisa que o partido poderá passar por uma "crise grave" caso o presidente não apresente uma alternativa. Mas

não há alternativa. Os ditos radicais não admitem ficar sem a secretaria-geral. "Eu já avisei para o Zé Dirceu que isso nós não admitimos de maneira alguma", avisou Fritsch. Ele e Luci são da tendência *Articulação de Esquerda*.

A deputada Ideli Salvati não vê nenhum problema de funcionamento do partido, mesmo com oito cargos vagos na executiva nacional. Ela argumenta que os 13 preenchidos são quórum suficiente para "dar andamento aos trabalhos. O partido está andando".

Ela critica as constantes disputas internas no PT. "Temos que parar de nos consumir nestas disputas e colocar o partido na rua". Segundo ela, este é um apelo constante das "bases" do partido.

Paulo Henrique de Sousa

catarina

ZERO
SET
95

3

Projeto faraônico agita a Barra Cresce fiscalização ambiental

Empresa investirá US\$50 milhões para transformar região num complexo turístico

Seis anos depois de abandonar a idéia de construir uma marina na Barra da Lagoa, o grupo Portobello volta com um projeto semelhante e traz à tona a antiga polémica entre moradores das comunidades, ecologistas e empresários. A construtora pretende investir US\$ 50 milhões no bairro e transformar uma área de 130 mil m² às margens do canal em um gigantesco complexo turístico-residencial náutico, com capacidade para mais de uma centena de barcos de médio porte. Os ecologistas, biólogos e antropólogos, além de alguns moradores, afirmam que o megaempreendimento, batizado de Porto da Barra, irá destruir o meio ambiente e a cultura de uma das regiões mais tradicionais de Florianópolis.

Para a população da Barra da Lagoa, a construção do Porto é vista como uma solução divina para os problemas que enfrentam. "Nós o estamos esperando como se ele fosse Jesus", diz Osvani Gonçalves, presidente do Sindicato dos Pescadores da Grande Florianópolis, e nativo da Barra. Por outro lado, especialistas em meio ambiente e parte da comunidade da Lagoa da Conceição acreditam que o empreendimento irá transformar a vida dos habitantes locais em um verdadeiro inferno.

O projeto da Portobello impressiona. O grupo pretende criar sete ilhas no terreno onde seria levantada a marina, abrindo canais artificiais. Serão construídas 110 casas de dois andares, cada uma com um atracadouro, um hotel quatro estrelas com 190 apartamentos, um mini shopping-center, uma pequena marina com capacidade para algumas dezenas de barcos, além de um estacionamento, de três pisos para 600 carros.

O projeto segue o conceito dos Portos de Lazer, muito comuns na Europa. De lá veio o arquiteto François Sperry, um veterano em empreendimentos náuticos e responsável pelo projeto Port Grimaud, uma obra semelhante realizada na França e a maior fonte de inspiração da PortoBello. O prefeito Sérgio Granido ficou entusiasmado quando conheceu o projeto e chegou a colocar a SUSP e o IPUF à disposição do grupo. "A Barra da Lagoa deve se transformar em um novo pólo turístico da região Sul", afirma o presidente da Portobello Construções e Incorporações, Valério Gomes Neto.

"Que turismo é esse?", indaga o coordenador da Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses, o professor de geociência da UFSC, Cristhian Caubet. Segundo ele, o impacto causado por uma

obra como a do Porto da Barra é irreparável, tanto no aspecto ambiental, quanto no sócio-cultural. "Na verdade o que irá acontecer é o desaparecimento da cultura local e da pesca, além de trazer sérias consequências ao ecossistema da região". O biólogo Luís Avinatea, pesquisador do Laboratório de Camarões Marinhos da Barra da Lagoa, concorda com Caubet e alerta que o maior perigo está na mudança que será feita no canal, o aprofundamento em um trecho. "A salinidade da Lagoa da Conceição irá aumentar consideravelmente, acelerando o assoreamento. Isto vai decretar o fim dos camarões na região", diz.

O presidente da Portobello nega as afirmações dos especialistas e garante que o saldo final será uma melhora da qualidade de vida dos moradores. Gomes diz que o importante para a empresa é a comunidade e o meio ambiente da Barra da Lagoa. Ao contrário do projeto Marina da Barra, hoje a Portobello faz questão de garantir que sua maior preocupação é com os moradores e com a cidade. "Construir um empreendimento que irá desenvolver o turismo em Florianópolis é um sonho antigo da Portobello, ainda mais se ele for sustentado", garante Valério. Ele diz não saber quanto a empresa espera e que o retorno financeiro não é prioridade.

Mas todas estas opiniões só poderão ser provadas tecnicamente quando for liberado o relatório de impacto ambiental (RIMA). Ele foi entregue à Fatma - Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente - há cerca de 20 dias. Só após este documento ser aprovado a Portobello poderá começar as obras do Porto da Barra. Mas uma apresentação preliminar do RIMA foi feita a especialistas e a representantes da Fundação Lagoa. Quem participou da reunião não gostou do que viu: "Para mim é caso de polícia", diz Caubet. "Quem nos apresentou o projeto não conhecia nada de geologia ou meio-ambiente".

Caso o RIMA seja aprovado, as máquinas devem começar a trabalhar na Barra da Lagoa até o segundo semestre de 96. O prazo para o término da obra é de cinco anos. Ao que parece, a Portobello



O complexo terá 130 mil m² divididos em sete ilhas, hotel, 110 casas e até um Shopping Center

não deve enfrentar tantos problemas como quando lançou o projeto da Marina. Em 1989 um grande movimento foi criado para impedir que o grupo fizesse a obra. As acusações eram as mesmas que os ecologistas e biólogos fazem agora, mas com uma diferença: na época a Portobello não tinha o apoio da comunidade.

Hoje tem. Com a promessa de 400 empregos diretos, criação de um sistema de saneamento básico, revitalização da indústria pesqueira e o patrocínio da Festa da Tainha, não é difícil de entender por que. Outro ponto crucial nesta mudança de opinião são os presentes que o grupo tem oferecido para o Bairro. O primeiro foi a reforma da ponte Pênsil e depois a

construção da praça do Pescador. O que mais encanta os moradores começará a ser construído em janeiro. O Barrense Futebol Clube, time da Barra, irá ganhar um verdadeiro estádio, com arquibancadas, iluminação, vestiário e uma sede administrativa. "Vai ser a melhor coisa que podia acontecer com a Barra", diz Ari Temoteo Santana.

Ari é o presidente da Barra da Lagoa, pelo menos em títulos. É o presidente da Associação de Moradores, da Colônia de Pesca e do Barrense Futebol Clube. Ele é um dos maiores defensores do projeto e foi escolhido pela Portobello para fazer a ponte com a comunidade. Pescador por mais de 30 anos, há seis abandonou a profissão que seu pai lhe ensinou para

entrar no mundo da política. Concorreu na última eleição pelo PFL, mas ganhou apenas 1.100 votos e não se elegeu. "Meu sonho é ser vereador", diz esperançoso.

Mas nem todos na Barra da Lagoa estão a favor do projeto. Um deles é Ariovaldo Teixeira, de 57 anos, 45 deles vivendo a rotina de embarcar em uma baleeira e passar horas em alto mar atrás dos cardumes de sardinha e tainha. "O pessoal aqui está deixando se levar. Eu sou pescador, não tenho estudo, mas pelo menos consigo enxergar um palmo na frente dos olhos", protesta, sentado em uma calçada na beira do canal. Enquanto Ariovaldo fala, outros pescadores atrás dele fazem sinais de que está louco.

Valério afirma que se existem pessoas contra o empreendimento é por que elas não o conhecem. "Vamos conversar muito com todas as entidades e mostrar que nosso projeto só irá trazer benefícios para a região", conta. "Mas se não deixarem nós construímos o Porto, vamos lotear tudo. Dá menos trabalho e aí sim vai ser prejudicial para a Barra".

Yan Boechat

Santa Catarina começa a ter resultados na preservação do meio ambiente graças a atuação da Companhia de Polícia Ambiental, que fiscaliza o cumprimento da legislação ambiental brasileira no estado. A Companhia está atendendo uma média de 350 ocorrências por mês com seus 192 homens, espalhados nas cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Laguna, Rio do Sul e Palhoça.

O aumento do efetivo da P.A. e a criação de dois grupamentos novos, em Blumenau e Rio do Sul, são fatores importantes para o atual índice de ocorrências atendidas pelo Grupo. Criada como Polícia Florestal em 1962, só a partir de 1992 começou a ser denominada de Polícia Ambiental, já instalada no Parque Estadual Serra do Tabuleiro. Com o sucateamento de órgãos como a Fatma e o Ibama, co-responsáveis pela fiscalização ambiental, a aparelhagem e crescimento da P.A. mostraram-se necessários.

Os resultados já apareceram. De 70 homens em 91, a companhia já passou para os 192 fixados pela Lei 8039, que criou a Companhia de Polícia Ambiental, em 1990. Os recursos estão aparecendo, vindos dos convênios Mata Atlântica, Micro-Bacias e Ibama. A transferência da sede para o Parque Estadual Rio Vermelho, no início do ano, deu mais espaço e melhor localização, especialmente para a atuação que vem tendo em todo estado.

Mesmo com um alto número de apreensões e uma legislação ambiental definida, algumas situações exigem mais do que a simples aplicação da lei. A P.A. às vez-



Pássaros são freqüentemente apreendidos pela polícia ambiental

es precisa lidar com vários tipos de legislações e enfrentar problemas em que o melhor é aplicar o bom senso. No Brasil é necessário, por exemplo, que o proprietário peça autorização para desmatar sua propriedade, o que dificilmente é obedecido. Além disso, tradições que passam por gerações de colonos, como a herança da terra de pais para filhos, criam situações que, sob as vistas da legislação, são agressões ao meio ambiente. "É difícil para essas famílias entender por que não deveriam desmatar ou matar em sua terras", afirma o te-

Renê Müller

Justiça quer presídio da capital só com detentos de Florianópolis



Superlotação é apontado pela secretária de Justiça e Cidadania como principal causa dos motins

O presídio de Florianópolis, parcialmente destruído nas últimas duas rebeliões do mês de setembro, deve passar a receber somente criminosos da cidade numa tentativa de diminuir a superlotação do prédio, apontada pela Secretaria de Justiça e Cidadania como a principal causa dos motins. Essa decisão foi tomada na última sexta-feira pelo juiz da Vara de Execuções Penais, José Demístocles de Macedo Neto, e põe em dúvida o destino dos presos dos municípios de São José, Palhoça, e outras regiões da Grande Florianópolis.

Construído na década de 70 para abrigar 92 detentos, o presídio possui hoje 235 criminosos. Destes, 116 já estão condenados pela Justiça e ainda não foram transferidos para a Penitenciária Estadual por falta de vagas. De acordo com a decisão do juiz a

cadeia não tem mais condições de receber presos. Agora, as delegacias da Grande Florianópolis não vão ter um lugar para deixar os criminosos detidos em flagrante. O presídio é atualmente o único lugar disponível para "despachar" aqueles que aguardam uma decisão da justiça. A superlotação vem provocando intermináveis rebeliões que preocupam os moradores do bairro Trindade.

As secretarias de Justiça e Cidadania e Segurança Pública finalmente iniciaram uma discussão para resolver o problema. A solução encontrada é um esquema adotado nas principais capitais do país: O Centro de Triagem de Flagrantes. O custo de construção dessa nova instituição é baixo e solucionaria em grande parte o problema nos presídios. "Com isso seria possível evitar

que autores de pequenos crimes fossem parar atrás das grades piorando ainda mais o sistema carcerário do estado", diz o diretor da Diretoria de Administração Penal, Luiz Carlos Rovaris.

Só que tudo ainda está em discussão. O delegado geral da Polícia Civil de SC, Evaldo Moratto, explica que para concretizar a idéia é preciso a elaboração de um projeto, a aprovação da secretária de Segurança Pública, Lúcia Stefanovich, e a liberação de verbas. De imediato tudo vai continuar na mesma, com apenas as reformas dos presídios destruídos nas rebeliões em Santa Catarina. Oito homens trancados numa cela de 6m², sem assistência médica, judiciária e incentivo ao trabalho. Um cursinho intensivo de criminalidade sustentado pelo contribuinte.

Diógenes Botelho

Rodolfo quer voltar à reitoria

Derrotado em 91, ex-reitor tenta ocupar cargo que ocupou entre 84 e 88

ufsc

O advogado Rodolfo Pinto da Luz, 47 anos, é um dos quatro candidatos a reitor da UFSC. Se vencer a eleição, será a segunda vez que ele ocupa o cargo, e seu vice na chapa será o médico e professor Lúcio Botelho.

Durante dois anos e meio, trabalhou na Secretaria de Educação Superior do MEC, de onde saiu em janeiro deste ano para ocupar o cargo de Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado. Pediu exoneração do cargo recentemente para concorrer à reitoria.

Primeiro reitor de universidade federal a ser eleito pelo voto direto no país em 1984, Rodolfo acredita que a manutenção da universidade pública e gratuita é requisito básico para o desenvolvimento do Brasil. Defende o ensino superior dizendo que "nenhum país se desenvolve no mundo sem boas universidades".

Rodolfo apóia uma política de incentivos fiscais a quem investir em tecnologia no país. "É preciso aumentar os investimentos em tecnologia. Hoje no Brasil somente 0,6% a 0,7% do PIB é canalizado para esse fim, enquanto outros países chegam a investir 3%."

ZERO- Por que o senhor quer ser reitor novamente?

Rodolfo- Porque o momento exige que os dirigentes universitários tenham experiência, vivência administrativa. Que consigam compreender todo esse quadro histórico em que vivemos e que, no passado, tenham lutado para resolver os mesmos problemas que se apresentam hoje. E porque posso contribuir, pois já administrei todo o ensino superior do país.

ZERO- Quais as diferenças e semelhanças que o senhor vê entre a UFSC do seu primeiro mandato e a de hoje?

"A grande luta é conseguir que a universidade seja pública e gratuita."

Rodolfo- Naquela época, como agora, a luta era para garantir a autonomia da Universidade, o ensino público e gratuito. O governo quer fazer uma reforma do estado, à

qual a universidade não está alheia. Há essas semelhanças entre aquele período e agora. As lutas são praticamente as mesmas, o que diferencia é que atravessamos um período mais difícil. Se antes as reivindicações eram mais aceitas, hoje os riscos são maiores.

ZERO- E a captação de recursos para a universidade? Como o senhor pretende trabalhar nesse problema?

Rodolfo- As dificuldades com recursos financeiros são eternas. Na época em que eu fui reitor, o grande problema era a inflação. O orçamento era calculado e acabava antes do fim do ano. Agora, mesmo com a inflação bastante reduzida, o orçamento continua insuficiente.

Mas temos que continuar batalhando para conseguir recursos.

ZERO- Quais os principais problemas que o senhor identifica atualmente na UFSC?

Rodolfo- Acho que o maior problema da universidade é a sua própria garantia institucional. A grande luta é conseguir que ela continue sendo pública e gratuita. Qualquer administração terá que enfrentar esta luta.

ZERO- A reforma administrativa do governo prevê a criação de órgãos públicos de direito privado, entre os quais estariam incluídas as Universidades Federais. Como o senhor analisa essa situação?

Rodolfo- A universidade tem que continuar como instituição pública. Uma coisa é estar no orçamento da União, com recursos definidos pelo governo. Outra coisa é depender de um contrato de gestão que pode terminar a qualquer momento. Se esse contrato acaba, até ser renovado a universidade fica com a estabilidade comprometida. Enquanto a universidade manti-

ver esta estrutura, ela se garantirá institucionalmente. Hoje os bens de qualquer universidade pública não podem ser penhorados, o governo não pode simplesmente se negar a pagar, por exemplo, a folha de pessoal. E numa instituição privada tudo isso pode acontecer.



Rodolfo: universidade pública

ZERO- Um pensamento que se propaga pelo país é que o aluno custa muito dinheiro para a Universidade.

Rodolfo- Isto é falso. Dizem que cada aluno custa cerca de US\$ 8 mil. Seriam US\$ 4 mil, mas neste cálculo não são levados em conta todos os benefícios que a Uni-

versidade proporciona à comunidade em geral. Os projetos de pesquisa, extensão, o atendimento médico gratuito no Hospital Universitário, o melhor do estado.

ZERO- O senhor então é plenamente a favor da manutenção da universidade pública?

Rodolfo- É claro que sim, pois é na universidade pública que se realizam pesquisas, extensão. 90% da pesquisa realizada no Brasil é feita nas universidades públicas, basicamente nas federais e nas paulistas. Não acredito que o país faça isso, mas é preciso conscientizar a população para os perigos dessa medida. Não podemos abrir mão da universidade pública.

Marcelo Santos

Invasor da Internet é pego em flagrante

Um mês depois da publicação da reportagem "Micreiros violam rede do NPD" pelo Zero, mostrando a ação de pessoas que acessam clandestinamente o sistema central de informática da UFSC, nada foi feito para conter a ação dos hackers. A única novidade foi o flagrante dado em um aluno da 3ª. fase de engenharia elétrica no Departamento de Informática e Estatística no início da semana passada. O diretor do Núcleo de Processamento de Dados (NPD), Edson Melo, disse que "tomou conhecimento do caso por alto" porque chegou de viagem no final da semana em que o aluno acessou a conta de um professor da UFSC.

O caso do hacker da elétrica foi descoberto por acaso pelos funcionários do laboratório de

máquinas elétricas, no Departamento de Engenharia Elétrica, no dia 18 de setembro. "Nós já estávamos rastreando o sistema há três semanas e por sorte ainda conseguimos pegá-lo em frente ao computador", afirmou o professor Arnaldo Perim, do Instituto de Eletrônica de Potência (Inep).

A punição ou não do aluno dependerá do que a Comissão de Sindicância da Universidade apurar. "A Comissão averigua os fatos e sugere o que pode ser feito", justificou Arnaldo Bozan, vice-diretor do Centro Tecnológico, onde está o relatório feito pelo Inep. Dependendo do que for verificado pela

Comissão "o aluno pode ser advertido, suspenso ou considerado inocente se ficar constatado que o sistema não oferece segurança e qualquer um poderia ter acessado", disse Bozan. A partir das conclusões da Comissão a questão será encaminhada para a Reitoria.

Para se proteger dos hackers, a maioria dos laboratórios tenta criar barreiras por conta própria. "Alguma coisa tem que ser feita. Nós já protegemos o nosso sistema, mas sempre vai ter um mais esperto que vai conseguir entrar", concluiu Perim. As únicas recomendações do NPD são para que as senhas sejam trocadas todos os meses. Nos computadores con-

siderados "mais importantes" são usados softwares com um nível maior de segurança. No Brasil não existe legislação específica para punir esse tipo de crime.

Enquanto a lei não é regulamentada, os usuários de redes como a Internet se assustam com a facilidade que alunos com um pouco mais de conhecimento em informática em acessar contas privadas. Um deles é o Pró-reitor de Pesquisa e Graduação, César Zucco, que teve seu nome publicado na capa do último ZERO. "Agora eu não tenho mais confiança em nada. Eu lido com informações sérias, e uma conta privada teria que ter segurança. Quem entra lá deveria ser punido. É uma pena que um sistema tão útil seja usado pra isso", lamentou Zucco.

Luciane Lemos

ZERO
SET
95

6

Aluno briga por vaga de reitor

Diego faz curso de Física e reclama da falta de um comitê para botar a campanha na rua

A campanha de Diego Sturdze para reitor da UFSC está na rua, em dois sentidos. O único estudante da universidade a concorrer ao cargo também é o único candidato sem comitê. Ele é o vice da chapa, Ednei Domar-eski Corvalão, outro aluno, atribuem esse problema ao preconceito. "O Rodolfo Pinto tem dois comitês, a Nilcéia Pellandré um e o Carlos Westphall usa o laboratório dele. Nós, os diretores de centros ficam enrolando", reclamam. Na sexta-feira, Diego garantiu que, se o problema não fosse resolvido até o fim do dia, nesta semana haveria um protesto.

Aliás, protestar é uma especialidade deste filiado do PSTU. Ele ajudou a organizar o primeiro comitê Fora Collor do País ainda em 91, antes do escândalo que levaria ao impeachment. De um grupo de meia dúzia de pessoas, o movimento terminou colocando seis mil pessoas nas ruas da capital. Ele também já foi vice-presidente da UNE-SC.

diretor da União Catarinense de Estudantes(UCE) e diretor duas vezes do Centro Acadêmico do Curso de Física. Atualmente é aluno da oitava fase desse curso.

Hoje, a principal luta de Diego é impedir a privatização das universidades estatais. Caso eleito, ele pretende mobilizar toda a comunidade universitária em defesa do ensino superior público. Acredita que os outros candidatos estão falando da boca

"Somos contra a proporcionalidade e mais ainda contra o peso de 70% do voto dos professores"

para fora quando discursam em favor da manutenção da uni-

versidade pública. "O reitor disse que estava do nosso lado, mas tivemos que bancar toda a campanha anti-privatização do próprio bolso".

Como o senhor pretende mobilizar a universidade contra o projeto de privatização?

Do jeito que sempre fazemos, com assembleias, discussões nos Centros Acadêmicos, jornais. Aliás, o reitor poderia ter liberado recursos da gráfica para gente imprimir



Fátima Pissara

Diego se orgulha de ter liderado o movimento fora Collor

material do movimento, já que ele diz que é contra o projeto do governo. O adesivo da campanha anti-privatização, por exemplo, nós tivemos que bancar. A universidade já é elitista, imagine se tivermos que pagar mensalidade. O Restaurante Universitário está ficando cada vez mais caro, estão cortando os subsídios. Há muito poucos horários noturnos nos cursos, o que prejudica quem estuda e trabalha.

Como preservar a universidade pública sem manter os vícios dos órgãos estatais, como empreguismo, clientelismo?

O nosso objetivo não é fechar os olhos, esconder o que acontece. Existe uma burocracia enorme e desnecessária na UFSC. Certos centros tem um ou dois prédios só para administração e outro para aula. O problema não é ser público, é nomearem um político para ficar lá em cima. Defendemos que toda a gestão e contabilidade

sejam controladas pela comunidade universitária.

Essas propostas de controle social de empresas e entidades estatais não esbarram nas dificuldades técnicas que envolvem qualquer administração?

Não vejo porque. A participação social significa dizer para onde o dinheiro vai, definir as prioridades. O DCE (Diretório Central dos Estudantes), a Apufsc (Associação dos Professores da UFSC) e o Sintufsc (Sindicato dos Trabalhadores da UFSC) devem ter participação. Todos os cargos de direção devem ter eleição direta. Somos contra o critério da proporcionalidade e mais ainda contra o peso de 70% do voto dos professores nas eleições para reitor. Felizmente nisso temos consenso, inclusive entre os professores. Uma pessoa, um voto.

Alexandre Winck

TV vai mostrar "Caça ao Lixo" na Barra

O Instituto Larus, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, promove no segundo sábado de outubro um campeonato de caça ao lixo subaquático. O campeonato será no canal da Barra da Lagoa e pretende mobilizar toda a comunidade da região, especialmente crianças e adolescentes.

Segundo o biólogo Alcides Dutra, diretor do Projeto Larus, o evento visa limpar o rio, que tem uma importância ambiental muito grande para todo o sistema da Lagoa da Conceição e da própria Barra. A polícia de Proteção Ambiental e a operadora de mergulho Sea Divers, também, são organizadoras do evento.

Mergulhadores profissionais vão vigiar os participantes para que ninguém se machuque durante a competição. Os integrantes serão divididos em equipes que recolherão objetos exóticos de dentro do rio. Depois de terminado, o lixo

arrecadado é pesado e separado em categorias de acordo com sua importância. O grupo que tiver mais lixo ganha a competição e os vencedores ganharão equipamentos de mergulho.

Durante o campeonato, câmeras de televisão subaquáticas vão filmar os "caçadores de lixo" e o evento será transmitido ao vivo pela RBS. Toda essa preocupação com a veiculação do projeto é devido ao risco que o rio da Barra da Lagoa está correndo. O canal que ajuda na formação da Lagoa da Conceição pode morrer pela quantidade de lixo que está acumulando. Os organizadores pretendem estimular a população local a dar valor ao canal.

Maria Augusta



"10% da platéia é gay"

Sociólogo Luís Mott diz que os homossexuais precisam se assumir

Uma
minoria

ZERO
OUT
95



Joice Sabatke



Joice Sabatke

Mott denunciou a violência contra negros e homossexuais e disse ao público que Zumbi ter sido gay não é motivo de vergonha

Luís Mott, 49 anos, tem o que se pode considerar um currículo respeitável. Ex-seminarista, licenciado em ciências sociais pela USP, mestre em etnologia pela Sorbonne e doutor em antropologia pela Unicamp. Esse paulista criado em Minas Gerais mora em Salvador há 16 anos e tem oito livros publicados. Divorciado e pai de duas filhas universitárias, Luís Mott ocupa atualmente um cargo que tem lhe trazido fama e aborrecimentos: é presidente do Grupo Gay da Bahia.

Depois de ter tido a casa e o carro depredados por ter levantado a hipótese que Zumbi, rei dos Palmares, teria sido homossexual, Luís Mott resolveu sair pelo Brasil lutando pelos direitos e contra a violência aos gays.

No último dia 27, Mott esteve em Florianópolis participando de um debate da Comissão Estadual dos 300 anos de Zumbi dos Palmares. Che-

gou cedo e tratou de colar cartazes contra a violência aos homossexuais. Vestindo discretíssimas calça e camisa, Mott não hesitou em conversar com todos que o abordaram. A platéia de cerca de 400 participantes era formada em grande maioria por pessoas bem jovens, entre elas, aproximadamente 40 eram negras.

Logo no início da palestra, Mott foi questionado por uma mulher negra sobre o porquê da relação entre os negros e os homossexuais. "São duas classes minoritárias que sofrem com a discriminação e o preconceito. A diferença é que nós, homossexuais, ainda não tivemos a nossa Lei Áurea", respondeu o antropólogo.

Mott afirma que trouxe a suposta homossexualidade de Zumbi à tona depois de muita pesquisa e que a preferência sexual de alguém, mesmo que seja um herói nacional, não deve ser motivo de vergonha. Mott diz que existe um complô do silêncio contra a homossexualidade e que o precon-

ceito diminuiria se os gays famosos se assumissem como tal. "No Brasil existem no mínimo 15 milhões de homossexuais e, desses, 95% ainda se encontram no armário", supõe. Para Mott, o país é contraditório ao tratar a imagem do homossexual, pois ao mesmo tempo em que elege Roberta Close como símbolo sexual e enaltece gays famosos da TV, a maioria das pessoas ainda admite que não concordam que um candidato homossexual seja eleito presidente da República.

Exibicionismo brasileiro - O próprio Luís Mott lembra que já sentiu culpa e medo

por causa da homossexualidade. "Tive algumas aventuras homossexuais na juventude, mas quando entrei na faculdade achei que se eu me casasse, poderia ser um homem comportado". Enganou-se. Aos 31 anos, já com as duas filhas, Mottapai-

xonou-se por Sílvio, de 18 anos. "Para poder sair com ele sem que minha mulher soubesse, descobri que ela não gostava de Charles Bronson e usei isso como alibi". Mott só podia se encontrar com Sílvio quando um dos filmes do ator entrava em cartaz. "Olhava as fotos na porta do cinema para poder ter uma idéia do que tratava o filme". Mott vive com outro parceiro há dez anos e admite que a relação com a ex-mulher continua delicada.

Luís Mott se considera um privilegiado num país que, segundo ele, carrega muitas lembranças do passado escravagista. "O machismo do povo brasileiro é reflexo do comportamento dos portugueses para manter o domínio sobre os índios e os escravos. Eles tinham que ser muito machos pra segurar aquela gente toda". Mott acha que esse comportamento se reflete hoje em homofobia, desprezo pela mulher e abortos. "No Brasil existe um maior exibicionismo sexual. De todos os países que conheci, aqui é o

lugar onde os homens usam as calças mais apertadas. Coçar o saco em público, então, só mesmo no Brasil".

Luís Mott defende as relações inter-raciais, hétero-etárias e homossexuais nas viagens que faz pelo país. Ele acha que precisa haver mais espaço acadêmico para estudos sobre sexualidade, e diz que as pessoas têm direito de se adequar fisicamente ao seu estado psicológico e sentimental. Ele admite que ainda falta muito para que as pessoas tenham dignidade assumindo o que realmente são. No final da palestra em Florianópolis, ele pediu que todos os negros levantassem a mão e todos levantaram, mesmo porque não tinham como esconder. Quando pediu aos homossexuais que fizessem o mesmo, apenas duas pessoas se manifestaram. "Aí está a prova! Pelo menos 10% da platéia é gay", finalizou, sob aplausos.

Aline Cabral

"No Brasil existe um maior exibicionismo sexual. Coçar o saco em público, então, só mesmo aqui"

sobre gays...

Durante a palestra, Luís Mott distribuiu um folheto intitulado **10 Verdades Sobre a Homossexualidade**. Conheça cinco delas:

1) *Ser homossexual não é crime.* Nenhuma lei no Brasil condena a prática do homossexualismo. Crime é discriminar os gays, lésbicas e travestis.

2) *Homossexualismo não é doença.* Todas as Ciências garantem: é normal ser homossexual. Querer "curar" o homossexual é ignorância.

3) *Homossexualismo não é pecado.* Os gays e lésbicas também se amam e foram criados por Deus. Jesus nunca condenou os homossexuais.

4) *A homossexualidade sempre existiu.* O amor homossexual é tão antigo quanto a própria humanidade - e nunca vai acabar.

5) *Todos os povos praticam o homoerotismo.* Em muitas tribos indígenas e africanas os sacerdotes e as próprias divindades são homossexuais.